

## Proposta 8 - Combate à Corrupção

17-Mai-2011

A falta de entrega de declaração de bens por parte de quem exerce cargos públicos &ldquo;deve ser punida&rdquo;; defende o Bloco na sua oitava proposta eleitoral - combater a corrupção e criminalizar o enriquecimento ilícito - apresentada este sábado.

&ldquo;Combater a corrupção e criminalizar o enriquecimento ilícito&rdquo; foi a oitava proposta divulgada pelo Bloco. Este sábado, na Foz do Arelho, Francisco Louçã destacou &ldquo;o problema que preocupa os portugueses e que tem sido silenciado na campanha eleitoral: a resposta à corrupção e ao despesismo descontrolado&rdquo;;.

&ldquo;Quem tem funções públicas e conseguiu acumular valores pelos quais não prestou contas comete um abuso pelo qual tem que responder&rdquo;; sustentou o coordenador da Comissão Política do Bloco, defendendo que a não apresentação de declarações de rendimentos seja julgada &ldquo;não como simples falsas declarações&rdquo;;, mas sim como &ldquo;crime de enriquecimento ilícito, que deve ser punido como tal&rdquo;;.

Para além de propor a punição de enriquecimento ilícito, o Bloco defende que o período de fiscalização da declaração de rendimentos seja alargado para cinco anos após o fim das funções públicas e a abertura &ldquo;completa&rdquo; do sigilo bancário à fiscalização fiscal da origem dos rendimentos, para identificar &ldquo;casos de corrupção e evasão fiscal&rdquo;;.

Em Portugal, &ldquo;a corrupção tem sido um crime silencioso sobre o qual os tribunais raramente se têm debruçado e, portanto, temos sido incapazes de a combater&rdquo;;, afirmou Francisco Louçã, sublinhando a necessidade de verificar as derrapagens em obras públicas, &ldquo;como aconteceu com a Casa da Música&rdquo;;.

Em declarações à Lusa, o dirigente bloquista afirmou-se pouco surpreendido pelas acusações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a seis administradores do Banco Privado Português (BPP) que, segundo a edição do Expresso deste sábado, poderão incorrer em multas de 2,5 milhões de euros por irregularidades graves.

&ldquo;Já se sabia que havia enormes irregularidades (&hellip;) e se a CMVM impõe multas, saberá das suas razões&rdquo;;, afirmou Francisco Louçã. Ainda que afirmando desconhecer &ldquo;o processo&rdquo;;, Louçã comparou a situação do BPP à do BCP, onde &ldquo;também já se sabia que havia enormes irregularidades, com 700 milhões de euros em off-shores&rdquo;; e à do BPN (Banco Português de Negócios), em que foram pagos "dois mil milhões de euros na nacionalização mais desastrosa que foi feita em Portugal&rdquo;;.

Francisco Louçã falava na Foz do Arelho, concelho das Caldas da Rainha, a partir da iniciativa &ldquo;um grito pela Lagoa [de Óbidos]&rdquo;, promovida pelos bloquistas locais e que contou com a presença do deputado e candidato pelo círculo eleitoral de Leiria Heitor de Sousa.

Vê a proposta completa aqui:

[http://www.esquerda.net/sites/default/files/PROPOSTA\\_8.pdf](http://www.esquerda.net/sites/default/files/PROPOSTA_8.pdf)

20 Dias, 20 Propostas:

[http://viseu.bloco.org/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=33&Itemid=86](http://viseu.bloco.org/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=33&Itemid=86)

Programa Eleitoral do Bloco:

[http://viseu.bloco.org/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=48&Itemid=88](http://viseu.bloco.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=48&Itemid=88)